

A Dimensão Crítica da Sociedade da Informação em Portugal

António Dias de Figueiredo
Departamento de Engenharia Informática
Pólo II da Universidade de Coimbra
adf@dei.uc.pt

Resumo

Analisa-se, na perspectiva da Teoria Crítica Social, o fenómeno da adaptação portuguesa às lógicas e dinâmicas globais da Sociedade da Informação. Começa-se por alinhar um conjunto de considerações sobre os discursos correntes no debate sobre a Sociedade da Informação. Contrastando com esses discursos, propõe-se o discurso da Teoria Crítica Social, inspirado na obra de Paulo Freire. Caracteriza-se de seguida a realidade cultural portuguesa nos traços que a posicionam perante o fenómeno global da Sociedade da Informação. Partindo desse enquadramento, comentam-se os primórdios da Sociedade da Informação em Portugal, observando a existência, nesse período, de forte apetência para uma atitude crítica social induzida pelos responsáveis políticos. Tecem-se, seguidamente, alguns comentários acerca dos dez anos de Sociedade da Informação em Portugal, sugerindo que a história desse período venha a ser construída à luz da capacidade do poder político para, numa perspectiva crítica social, envolver cidadãos e instituições de forma participativa alargada e activa. Finalmente, avança-se com uma proposta para intervenção futura inspirada na perspectiva crítica social.

Palavras-chave: auto-capacitação; cultura; mobilização; sociedade da informação; teoria crítica social.

1 INTRODUÇÃO

A língua portuguesa tem o privilégio de contar entre os seus escreventes um dos nomes mundialmente mais destacados e inspiradores da Teoria Crítica Social – Paulo Freire. A centralidade que Freire atribuía à alfabetização como instrumento de libertação, perante forças externas que pudessem remeter os cidadãos para estatutos de inferioridade e dependência [Freire 1963; 1989; 1994], inspira hoje, em todo o mundo, múltiplas correntes de reflexão sobre o relacionamento dos cidadãos com a Sociedade da Informação [Lankshear 1993], [Morgan 1997], [Petrina 2000].

Embora, para Freire, a alfabetização assentasse na aquisição das competências de leitura, escrita e cálculo, as suas propostas transcendiam a mera aquisição de competências técnicas para se centrarem na aquisição de uma cultura sólida, capaz de assegurar plena independência a cidadãos e nações. Como dizia, a compreensão crítica do acto de ler não se esgota na descodificação da palavra ou da linguagem escrita, antecipando-se, sim, e alongando-se na inteligência do mundo [Freire, 1992].

É nesse sentido que os actuais seguidores de Freire interpretam a literacia tecnológica, como capacidade, não apenas para codificar e descodificar novas linguagens, mas também para interiorizar, pela acção e pela interacção, as culturas nas quais as novas linguagens se inscrevem. Mais ainda, e com Freire, interpretam-na também como capacidade para conquistar capacidade plena para intervir no mundo ao abrigo de situações de dependência. O próprio Freire fazia da alfabetização uma interpretação eminentemente ideológica e política. Para ele, a aquisição, simultaneamente individual e colectiva, de literacia implicava postura crítica e reflexiva, acção colectiva e capacidade para transformar condições, ideologias e instituições.

É nessa óptica que a teorização dos fenómenos da integração plena dos cidadãos na Sociedade de Informação é hoje vista pelos seguidores de Freire como fundada sobre a capacidade dos estados para induzirem nos seus cidadãos uma postura crítica e reflexiva e de os mobilizarem para intervirem de forma activa na construção partilhada do bem estar colectivo. Levanta-se, então, a questão de esclarecer em que medida é

que os poderes políticos portugueses terão conseguido no passado, e conseguirão no futuro, desencadear junto dos seus cidadãos as acções necessárias à indução dessa postura e à garantia da desejável mobilização para a conquista da sua integração plena na Sociedade da Informação.

No texto que se segue começa-se por tecer algumas considerações acerca dos diversos tipos de discurso sobre a Sociedade da Informação, analisa-se a apetência dos portugueses para assumirem atitudes condicentes com uma filosofia crítica social, discutem-se os traços de uma visão crítica da acção política nos primórdios nacionais da Sociedade da Informação, lança-se um conjunto de interrogações sobre a eventual acção crítica, ou falta dela, nos últimos dez anos, e conclui-se com uma proposta sobre como se poderia intervir no futuro.

2 OS DISCURSOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

2.1 Os discursos correntes

São hoje diversos os tipos de discurso sobre a integração dos cidadãos na Sociedade da Informação. Os mais populares, que por vezes se sobrepõem parcialmente, são os discursos da sobrevivência, da integração, da fruição e da aparência.

O discurso da sobrevivência considera que a participação plena dos cidadãos na Sociedade da Informação é essencial à sua sobrevivência social e económica, pelo que cabe ao Estado criar condições mínimas que a garantam. Entre as medidas mais frequentes contam-se as da criação de condições de acesso generalizado à Internet, as do desenvolvimento da literacia na utilização das tecnologias da informação e, de um modo geral, todas as que contribuam para que os cidadãos se mantenham abrigados do “fosso digital”. A mobilização que este discurso procura imprimir funda-se sobre uma *ameaça* – a ameaça de se ficar aquém do patamar de competência, essencialmente técnica, indispensável à sobrevivência na Sociedade da Informação.

O discurso da integração não coloca a participação plena dos cidadãos como uma questão de sobrevivência, mas como uma questão de *oportunidade e pertença*. A Sociedade da Informação é vista como um fenómeno em evolução, uma onda na qual já navegam muitos privilegiados e na qual os cidadãos devem procurar manter-se se não quiserem “ficar para trás”. As metáforas de “cavalgar a onda” ou de “não perder o comboio” da Sociedade da Informação são usadas com frequência neste discurso, e pressupõem quase sempre o reconhecimento da necessidade de os cidadãos adquirirem, não apenas competências técnicas mas também uma desenvoltura cultural que os mantenha integrados no grupo dos privilegiados.

O discurso da fruição, mais rico e diversificado do que os anteriores, parte das próprias vivências dos cidadãos enquanto utentes, muitas vezes intensivos, dos recursos da Sociedade da Informação. Inscrevem-se neste tipo de discurso os estudos sociológicos sobre as potencialidades da Internet para a construção de sociedades em rede, os debates sobre os relacionamentos mais fáceis e transparentes entre cidadãos e administrações públicas, as análises sobre novas formas de organização assentes em mecanismos virtuais, as argumentações sobre paradigmas renovados de fruição cultural e de entretenimento. Enquanto que os discursos anteriores se baseavam na consciência de ameaças e oportunidades, o discurso da fruição vai mais longe, contribuindo já para a construção de novos modelos sociais e económicos. Trata-se, contudo, de um tipo de discurso que tende a ser proferido por quem se considera plenamente integrado e não receia o risco de vir a ser remetido para situações de dependência.

O discurso da aparência corresponde à necessidade de impressionar terceiros e granjear o seu respeito e admiração. Vários investimentos em tecnologias da informação são hoje justificados com este tipo de discurso.

2.2 O discurso crítico como discurso alternativo

O discurso crítico assenta no reconhecimento da função emancipatória do conhecimento – só quem constrói conhecimento, pela educação e pela aprendizagem, fica habilitado a traçar os seus próprios destinos. Pelo contrário, quem se priva de conhecimento é arrastado para situações de limitação e dependência. No passado, o analfabetismo era à situação mais grave de privação; hoje, a privação estende-se a quem não souber integrar as tecnologias no seu dia-a-dia. O discurso crítico considera que a tarefa da construção de conhecimento cabe a todos – ao Estado, às instituições, e aos cidadãos –, que deverão mobilizar-se para criarem uma consciência colectiva que permita transformar condições sociais e construir capacidades autónomas e emancipatórias que evitem a desigualdade e a opressão.

3 PORTUGAL

Culturalmente, o português tende a não se sentir co-responsável pela construção do bem-estar colectivo. Se as condições sociais e económicas em seu redor se apresentam favoráveis, tenta com argúcia retirar delas o maior benefício pessoal. Se, pelo contrário, se mostram adversas, volta-se contra o poder instituído, que acusa de incapaz. Também, quando é necessário resolver problemas, é para o poder instituído que se volta pedindo soluções. Ao contrário de outros povos, cujos cidadãos facilmente se mobilizam perante as adversidades e assumem colectiva e solidariamente as soluções, os portugueses são propensos à demissão – se o Governo ou poder instituído não resolvem, os cidadãos também não procuram fazê-lo. Poderão protestar repetidamente, quase sempre em fóruns onde os seus protestos não têm consequência, como os cafés, ou as listas de debate *on-line*, mas dificilmente se mobilizam para, colectiva e solidariamente, assumirem acções que dispensem ou complementem as de quem está no poder.

Na construção de uma presença nacional expressiva na Sociedade da Informação, este traço cultural conduz a situações de dependência semelhantes às que Paulo Freire observava no seu dia-a-dia como educador de desapossados e sem abrigo. Para superar tais situações, Freire defendia a criação, nos cidadãos, de um sentido colectivo de consciência¹, libertação e auto-capacitação² que lhes permitisse transformar as condições sociais que os sujeitava à desigualdade e à opressão. Nesta perspectiva, a educação, ou construção individual e colectiva de conhecimento, apresentava-se como um processo ideológico e político.

É nesta perspectiva que se torna interessante observar como é que a participação portuguesa na Sociedade da Informação foi e está a ser construída pelos responsáveis políticos.

4 PRIMÓRDIOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL

A década de 80 foi a década de ouro para as tecnologias da informação em Portugal. Na sequência das reformas de Veiga Simão, tinha aumentado muito o número de investigadores portugueses doutorados no estrangeiro, que regressavam enriquecidos com experiências variadas e desejosos de mudar um país recentemente liberto da ditadura. Partindo dessa nova geração de investigadores, motivados pela vivência de outros horizontes, tinha-se começado a criar – no âmbito dos centros de investigação do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e de projectos financiados pela

¹ Freire chamava-lhe *conscientização*.

² A palavra *empowerment*, resultante da tradução desta expressão para Inglês, viria a tornar-se muito popular na literatura consagrada aos modernos processos de gestão.

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) – uma forte capacidade de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Sob a orientação de José Mourão, a JNICT tinha adquirido uma dinâmica fortemente dirigida para o desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica nacional, reforçando os fundos destinados a apoiar projectos e organizando jornadas de reflexão que rapidamente criariam uma larga comunidade de jovens cientistas nacionais. Por outro lado, o Ministério da Indústria tinha assumido um papel fortemente pró-activo, em particular no âmbito do IACEP/GEBEI, onde João Cravinho e Lino Fernandes faziam o levantamento das capacidades e potencialidades nacionais, analisavam realidades estrangeiras e procuravam envolver os potenciais actores de uma futura revolução tecnológica ao serviço do desenvolvimento nacional. Finalmente, a Secretaria de Estado das Comunicações, entregue a Raul Junqueiro, começaria a colocar no terreno uma ambiciosa estratégia de desenvolvimento do país em torno das tecnologias da informação. Reunindo parceiros académicos, empresariais e da administração pública, viria a desencadear um ambicioso conjunto de protocolos em torno dos quais se construíram muitos dos grandes projectos de então [S.D. 1985]. Dessa estratégia nasceria grande variedade de projectos, entre os quais o ELENA, o UNIROB, o ENER1000, o projecto-piloto da Região Centro para a introdução das tecnologias da informação na educação (que seria o embrião do projecto MINERVA) e projectos de sistemas de transmissão digital por fibras ópticas e de uma rede local de elevado desempenho que decorreram na Universidade de Aveiro.

Em outras frentes, que já não as da investigação e desenvolvimento tecnológico, a Secretaria de Estado das Comunicações viria a lançar também projectos destinados a aumentar rapidamente a sensibilidade e cultura tecnológica do país. De destacar, o projecto INFORJOVEM, destinado a sensibilizar os jovens para a informática. O primeiro desses projectos concretizou-se a partir de Janeiro de 1985, com a entrada em funcionamento, nos dezoito distritos do Continente, de Clubes Juvenis de Informática. Apoiada pela Secretaria de Estado das Comunicações, pela Associação Portuguesa de Informática, pela Comissão para o Desenvolvimento das Tecnologias da Informação (CODETI), pelo Fundo de Apoio dos Organismos Juvenis (FAOJ), pelos CTT, TLP e Rádio Marconi, rapidamente viria a ampliar-se, ainda em 1985, alargando as suas actividades a mais 24 novos centros INFORJOVEM, em todo o País. Simultaneamente, seriam lançadas, a partir de Março de 1985, as chamadas caravanas INFORJOVEM, que, partindo das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, percorreriam o interior do país, aos fins-de-semana, em autocarros cedidos pela Rodoviária Nacional.

Tomando a seu cargo a difusão das novas tecnologias e a sensibilização do cidadão comum, os *media* desempenharam, nessa altura, um papel que não desempenham hoje. Quase todos os jornais diários e semanais incluíam amplos suplementos de tecnologias da informação, e o número de revistas dedicadas à temática era superior ao actual.

Embora não existisse nesse período nenhuma associação nacional dedicada aos Sistemas de Informação ou à Sociedade da Informação, a, então muito activa, Associação Portuguesa de Informática (API), conseguia mobilizar para os seus Congressos Portugueses de Informática, organizados anualmente, profissionais e académicos de todo o País. De realçar o 3º Congresso Português de Informática (3º CPI), realizado em 1984, que abordou o tema “Sistemas de Informação: Um Instrumento para a Mudança”, numa perspectiva que prefigurava já visões sócio-técnicas como as que hoje são indispensáveis para a compreensão da Sociedade da Informação. Como curiosidade, no 3º CPI seria publicamente anunciada a entrada em funcionamento da Rede Nacional de Comunicação de Dados – Rede TELEPAC.

Do que acima ficou dito sobre os primórdios da Sociedade de Informação em Portugal, compreender-se-á que se tratou de um período de acção intensiva, quer por parte do poder político, quer por parte de alguns actores chave, como os *media*, no sentido da sensibilização dos cidadãos para a nova realidade e da sua mobilização para a intervenção individual e colectiva numa realidade tecnológica que se perspectivava como de elevada importância económica e social. Terá sido, por isso, provavelmente, o período da história nacional recente em que terá existido uma postura crítica colectiva mais visível.

5 DEZ ANOS DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL

A criação, em 1996, pelo ministro Mariano Gago, da Missão para a Sociedade da Informação – que produziria, em 1997, sob a presidência de Dias Coelho, o famoso Livro Verde para a Sociedade da Informação – marca o início da abordagem estratégica, pelo poder político, em Portugal, do fenómeno da Sociedade da Informação. Construído com base na participação alargada de profissionais e cientistas provenientes de múltiplos sectores, o Livro Verde representou, sem dúvida, o lançamento de um movimento crítico e reflexivo sobre a participação portuguesa na Sociedade da Informação.

A história dos dez anos que se seguiram à criação da Missão para a Sociedade da Informação está ainda por fazer, e não é um texto breve, como este, que poderá ambicionar fazê-la, mas será interessante investigar, no futuro, se a dimensão crítica se terá mantido, ou se, pelo contrário, a acção se terá deslocado para a esfera exclusiva de unidades governamentais que relegaram os cidadãos para o mero papel de consumidores sem potencial de participação cívica.

Sem dúvida que se registaram, nestes dez anos, grandes progressos. Se nos concentrarmos no período que decorreu até ao início do denominado Plano Tecnológico – cujos contornos estratégicos ao serviço de um projecto de desenvolvimento do País na próxima década se afiguram, para já, difusos – registaremos o lançamento de várias medidas de grande envergadura, como o Plano de Acção para a Sociedade da Informação, a Iniciativa Nacional para a Banda Larga, o Plano de Acção para o Governo Electrónico, ou o Programa de Compras Públicas, que se traduziram por importantes concretizações, como o Portal do Cidadão e o INFOCID, os Campos Virtuais Universitários, a B-On (Biblioteca Virtual do Conhecimento) e as plataformas ministeriais para as Compras Públicas Electrónicas. Se, contudo, olharmos estas iniciativas como espaços de abertura para uma mobilização que não seja de mera sobrevivência, integração, fruição, ou aparência por parte dos cidadãos, é provável que não tenhamos muito a registar. O mesmo parece poder inferir-se do Plano Tecnológico, que, cerca de um ano depois do seu perturbado re-arranque, se desmultiplica já por várias iniciativas, mas que, olhado na sua capacidade para empenhar os cidadãos em processos de mobilização colectiva para o desenvolvimento e criação partilhada de valor e bem estar, se afigura, para já, vazio.

6 O FUTURO

Na óptica do que se disse acima, levanta-se a questão de esclarecer como construir, a nível nacional, uma atitude crítica capaz de galvanizar os cidadãos para um projecto de país. Trata-se, afinal, de esclarecer como co-responsabilizar regiões, cidades, autarquias, decisores políticos, empresas, organismos públicos, *media*, educadores, estudantes, pais e cidadãos para a construção partilhada de um ideal de desenvolvimento nacional sustentado por uma participação pró-activa na construção da contribuição portuguesa para a Sociedade da Informação.

Antes de mais, seria importante esclarecer qual o modelo de desenvolvimento que se pretende para Portugal, no contexto da Sociedade da Informação. Independentemente dos planos a estabelecer – ou a montante deles – seria importante criar uma visão estratégica capaz de mobilizar todos os actores. Uma visão que tivesse em conta as tendências da globalização, as mudanças demográficas e todos os factores contextuais que não podem, hoje, estar ausentes de uma visão que se preze.

No essencial, coloca-se a questão de saber se seremos capazes de criar, em Portugal, uma atitude crítica social para a Sociedade da Informação. Uma visão estratégica integradora, orgânica e coerente para o nosso desenvolvimento, que nos liberte do, bem português, “navegar à vista”. Uma visão que esclareça o sentido de cada medida, que clarifique o que já foi conseguido, que ilumine o que falta conquistar e que encontre espaços de pertença onde cada actor – cidade, autarquia, empresa, organismo público, *media*, educador, estudante, pai, cidadão comum – sinta que pode empenhar-se pessoalmente e contribuir para o progresso colectivo.

7 REFERÊNCIAS

- Freire, P., *Alfabetização e conscientização*. Porto Alegre: Editora Emma, 1963.
- Freire, P., *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (19ª ed.), 1989.
- Freire, P., *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*, São Paulo: Cortez Editora, (45ª ed.), 1992.
- Freire, P., *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (23ª ed.), 1994.
- Lankshear, C. and McLaren, P. (eds.), *Critical literacy*, New York: State University of New York Press, 1993.
- Morgan, W., *Critical literacy in the classroom*, New York: Routledge, 1997.
- Petrina, S., “The Politics of Technological Literacy”, *International Journal of Technology and Design Education*, Kluwer Academic Publishers, 2000, 10 (1881-206).
- S. D., “Raul Junqueiro ao JN: Processo de modernização implica uma nova geração de empresários – Portugal começa a entrar na era telemática e videomática”, *Jornal de Notícias*, 13 de Maio de 1985, 9-10.